

ARTIGO

AS PRIORIDADES PARA OS MUNICÍPIOS EM 2020



A Reforma Tributária será uma das prioridades do Congresso Nacional este ano, a expectativa é que esteja aprovada e promulgada ainda no primeiro semestre. Continuamos atentos à tramitação da proposta para que os municípios não tenham prejuízo. O objetivo é garantir a autonomia financeira dos municípios, com uma atenção especial a Mato Grosso, que é um estado eminentemente produtor.

Continua em pauta a PEC do Pacto Federativo e a supressão da proposta de extinção de mais de 1.200 municípios brasileiros, sendo 34 de Mato Grosso. A proposta foi apresentada pelo Governo ao Congresso no início de novembro e, desde então, tem mobilizado municipalistas de todo o país que contestam a viabilidade da proposta.

A atuação do movimento municipalista garantiu a aprovação de muitos projetos no Congresso Nacional que atendem as reivindicações dos municípios. Este ano, a nossa mobilização continua de forma veemente. Lembramos que já assegurados muitos avanços, no ano passado, viabilizados por meio de forte atuação do movimento.

Participamos de todas as mobilizações em Brasília. Durante o ano todo, nos reunimos com deputados, senadores, ministros e representantes da equipe econômica para reivindicar o atendimento da pauta municipalista e garantimos avanços.

A aprovação da divisão dos recursos da cessão onerosa dos campos de petróleo do pré-sal com estados e municípios foi uma das principais conquistas. Após o leilão do excedente, o governo federal arrecadou R\$ 69,96 bilhões. O repasse foi efetuado no dia 30 de dezembro para todas as prefeituras de Mato Grosso. O montante foi de R\$ 95,6 milhões, cuja distribuição seguiu o mesmo utilizado para a transferência do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.

Este ano, a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Nº 461/2017, que regulamenta o novo ISS, também vai garantir o reforço do caixa das prefeituras de Mato Grosso em cerca de

R\$ 100 milhões por ano. O projeto trata da transferência do recebimento do ISS da cidade sede do prestador de serviço para onde é efetivamente prestado. Os municipalistas vão se mobilizar para assegurar a aprovação da matéria na Câmara em segundo turno para que a medida seja

Assegurar a autonomia dos gestores municipais enquanto titulares dos serviços de interesse local

efetivada.

O acréscimo de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no primeiro decêndio de setembro também é uma grande expectativa dos prefeitos em melhorar as finanças municipais. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 391/2017, que prevê o incremento, foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, em dezembro. Os gestores esperam agora a conclusão da tramitação da PEC no Senado, para que as prefeituras possam receber os recursos.

O Congresso Nacional já promulgou em dezembro, a Emenda Constitucional 105/2019, que autoriza, a partir de janeiro, a transferência direta a municípios, estados e ao Distrito Federal de recursos de emendas parlamentares individuais ao Orçamento sem vinculação a uma finalidade específica. Com a nova emenda, os repasses poderão ser feitos sem necessidade de convênio ou outro instrumento. Foi uma conquista importante.

A apresentação de emendas ao Marco Legal do Saneamento Básico também é considerada um importante resultado. Os líderes municipalistas se mobilizaram para assegurar a autonomia dos gestores municipais enquanto titulares dos serviços de interesse local.

Nosso objetivo é continuar lutando para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nos municípios. Através do movimento municipalista, temos voz no Congresso Nacional e junto ao Governo Federal, para reivindicar recursos e a provação dos projetos essenciais para os municípios.

Neurilan Fraga - Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios-AMM

 CURTAS

DA REDAÇÃO
COM EQUIPE

Lei altera valores de custas judiciais

Foi publicado no Diário Oficial que circulou nesta segunda-feira (13) a alteração de valores na tabela de custas judiciais em Mato Grosso, conforme proposto pelo Tribunal de Justiça. Os reajustes foram aprovados pela Assembleia Legislativa e sancionados pelo governador Mauro Mendes (DEM). Os novos valores passam a vigorar dentro de 90 dias. Na nova tabela, os valores para apresentação de recursos junto à Segunda Instância passa de R\$ 375,89 para R\$ 413,40 nas causas de valor inestimável ou de até R\$ 41.343,13, e de 3% sobre o valor da causa, até o limite de R\$ 87.895, nas causas com valor acima de R\$ 41,3 mil.



Consulta Pública

Termina na sexta-feira, 17, o prazo para o envio de contribuições à consulta pública do Ministério da Saúde sobre a saúde bucal dos brasileiros. A consulta visa receber sugestões sobre a metodologia a ser aplicada na nova edição da pesquisa SB Brasil 2020, que trata de saúde bucal.

Fechamento

Está confirmado. Após 50 anos de funcionamento, a Escola Estadual Nilo Povóas vai fechar as portas em fevereiro deste ano, logo depois do fim do ano letivo de 2019, que atrasou devido à greve. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

Motivo

A secretária da Seduc, Marioneide Kliemaschewsk, aponta como motivo para o fechamento da Escola Estadual Nilo Povóas, falta de alunos e otimização dos espaços das escolas. A Seduc estuda o fechamento de outras escolas na Capital e interior.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Senado

O governador Mauro Mendes (DEM) defendeu nesta segunda-feira ,13, que o vice-governador Otaviano Pivetta (PDT) - que admite a intenção de disputar eleição complementar ao Senado - permaneça no Executivo estadual. A eleição complementar deve ocorrer ainda no primeiro semestre.

Derrubada

A desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, determinou a retomada dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Paletó, que investiga eventual quebra de decoro do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

Propina

A comissão foi formada com base no vídeo em que o prefeito aparece recebendo maços de dinheiro, supostamente de propina, no Palácio Paiaguás. A decisão revoga uma determinação de outubro do ano passado, que suspendeu as investigações da CPI.

Reforma da Previdência em Mato Grosso

Após a aprovação do aumento da alíquota para 14%, o Governo dará continuidade a reforma da previdência estadual. De acordo com o governador Mauro Mendes (DEM), Mato Grosso não pode ser um Estado diferente dos outros, criando uma classe de “privilegiados”. Em Mato Grosso, segundo dados do MT Prev, mais de 2 mil servidores se aposentaram com menos de 45 anos.

